

Iniciativa 'céu estrelado' vai percorrer nove concelhos da Madeira

Um dos pilares do Ano Internacional da Astronomia é a sensibilização para a preservação do céu nocturno. Com este intuito, a coordenação regional para a Madeira criou a iniciativa 'O céu estrelado existe', que percorrerá nove concelhos da ilha.

Esta iniciativa vai dividir-se em duas partes. A primeira é uma palestra sobre 'Iluminação Eficiente' e destina-se a autarcas e técnicos das câmaras municipais, mas também ao público em geral.

A segunda é uma sessão de observação, incluindo um apagação no centro das respectivas vilas ou cidades, de forma a mostrar o céu que perdemos à custa da iluminação nocturna, muitas vezes exagerada e mal direccionada.

O início da ronda pelos municípios é já no sábado, dia 18 de Abril, na Vila da Ponta do Sol. Seguem-se os concelhos da Ribeira Brava, Santana, Porto Santo, Câmara de Lobos, Porto Moniz, Calheta, São Vicente e Machico. Na Ponta do Sol a palestra será às 19h, no salão nobre, e o apagação às 21h30 na marginal.

Despique marca o arranque da VIII Exposição do Limão

Nos dias 15, 16 e 17 de Maio, na freguesia da Ilha, concelho de Santana, vai realizar-se a VIII Exposição Regional do Limão, na qual será integrada a Festa do Despique.

Trata-se de uma iniciativa que pretende reforçar o seu papel na preservação e valorização dos hábitos e usos tradicionais.

Assim sendo, no dia 17 de Maio, terá lugar a Festa do Despique, onde se pretende reunir representantes das diversas localidades. A participação de cada grupo será feita em conjunto por eliminatórias e a organização garante acompanhamento musical para os grupos que não disponham de suporte musical. Tudo porque é importante preservar a identidade cultural dos povos e, essencialmente, das gerações passadas. A identidade cultural do povo madeirense deve assim ser mantida e a Festa do Despique pretende contribuir para preservar, ao longo das diversas gerações, os saberes e vivências do povo, no que concerne à música por intuição e ao canto por improviso. As inscrições devem ser feitas na Casa do Povo da Ilha.

Condutores podem contestar depois de pagar multa

TC CONSIDEROU INCONSTITUCIONAL UMA NORMA IMPEDITIVA DO CÓDIGO DE ESTRADA

NÉLIO GOMES*
ngomes@dnoticias.pt

Os condutores autuados por infração de trânsito e que procederam ao pagamento voluntário da multa, a partir de agora vão dispor da possibilidade legal de a contestar posteriormente. Este é o resultado da declaração de inconstitucionalidade, ontem proferida pelo Tribunal Constitucional (TC), da norma do Código de Estrada que impedia a

contestação da infração a quem pagasse voluntariamente a multa.

De acordo com o TC, o pagamento voluntário da coima "impedia o arguido de, na impugnação judicial da decisão administrativa que aplicasse a sanção acessória de inibição de conduzir, questionar não só a correção da qualificação jurídica dos factos, mas a própria verificação dos factos e mesmo a ocorrência de vícios de vontade que tivessem influenciado a decisão de proceder ao pagamento voluntário da coima".

No cerne do problema está o artigo 175, número 4, do Código de Estrada, que define que "o pagamento voluntário da coima não impede o arguido de apresentar a sua defesa, restrita à gravidade da infração e à sanção acessória aplicável". Segundo o TC, esta norma é inconstitucional.

nal, dado que, após o pagamento da multa, "não é consentido, na fase de impugnação judicial da decisão administrativa que aplicou a sanção acessória de inibição de conduzir, discutir a existência da infração". Esta norma, ainda segundo os juizes do TC (que aprovaram a decisão com 11 votos a favor e dois contra), "violava o direito dos cidadãos de acesso aos tribunais para tutela efectiva dos seus direitos e interesses legalmente reconhecidos".

Pagamento para evitar apreensão

A directora do Serviço de Viação da Direcção Regional dos Transportes Terrestres (DRTT), Frederica Marques, considera a decisão do TC "párfica", porque representa o direito de as pessoas "poderem reconhecer calmamente se o auto que lhes

foi levantado é justo ou não". A responsável reconhece que, ao fazerem o pagamento da coima no momento da autuação, os condutores "agem impulsivamente", para "salvaguardar que a cartão de condução não fique apreendida".

Frederica Marques deixa claro que da parte da DRTT "nunca houve a indicação de que as pessoas não podiam contestar a infração". Quando tal sucede, vinca, o Serviço de Viação junta a contestação ao processo que segue para o tribunal.

O que a DRTT não consegue responder é se os processos entretanto reencaminhados para tribunal serão ou não alvo de uma reapreensão. Até porque, vinca a directora do Serviço de Viação, essa é uma decisão que pertence precisamente aos tribunais. *COMLUSA



Até agora, os condutores que pagassem voluntariamente a coima ficavam impedidos de a contestar a 'posteriori'. FOTO ARQUIVA/SPINOLA

Novas valências no Centro de Saúde

JÚLIO RODRIGUES
psanto@dnoticias.pt

Consultas de urologia, de nutrição e realização de endoscópias, serão em breve possíveis de realizar no Porto Santo. A novidade foi avançada na tarde de ontem pelo presidente da Câmara, Roberto Silva, à saída de uma reunião de trabalho com a direcção do Centro de Saúde do Porto Santo, no âmbito do Dia Mundial da Saúde que ontem se assinalou.

Com esta nova realidade afigura-se de extrema importância para a população local, que normalmente tem de se deslocar ao funchal para as poder realizar. Como explicou Roberto Silva, só em urologia são mais de cem as pessoas que o fazem anualmente com custos elevados. Pela informação

arvançada pelo director do centro, as consultas começarão a ter lugar já no próximo mês, nomeadamente as de urologia e de nutrição, enquanto os exames de endoscopia,

por força da aquisição do material indispensável à sua concretização cujas negociações com o Centro Hospitalar do Funchal já estão em curso, deverão arrançar no prazo máximo de sessenta dias.

Apesar das boas notícias recebidas, Roberto Silva foi nesta sessão de trabalho, porta-voz das preocupações da população perante o director do centro de saúde, colocando a discussão algumas situações que têm merecido críticas por parte da população no que concer-

ne à qualidade dos serviços prestados por aquela unidade. Nesse capítulo, a morosidade na marcação de consultas com o médico de família, que chega a atingir mais de trinta dias de espera, o serviço de urgência e a prescrição de medicamentos, foram outras das preocupações levadas pelo autarca, que se mostrou aberto a cooperar com a direcção para em conjunto resolverem os pontos críticos que persistem no sistema de saúde do Porto Santo.